

O indivíduo e a cidade: Luiz Olivieri e Belo Horizonte

Rita Lages Rodrigues *

RESUMO

Buscar-se-á analisar a presença de sujeitos na cidade a partir de Luiz Olivieri, arquiteto que chegou a Belo Horizonte em 1897 e abriu o primeiro escritório de arquitetura da capital. Olivieri teve mais de 400 projetos aprovados para construção na cidade. Mais de 20 obras de sua autoria são tombadas pelo município e também existe um acervo considerável, de fotografias e objetos no Museu Histórico Abílio Barreto. Partindo de questões oriundas da Micro-História, trabalhar-se-á com a relativa liberdade do indivíduo, com consciência das limitações do sistema normativo e prescritivo em relação à liberdade individual, sabendo-se que a questão da biografia dentro do conhecimento histórico é uma questão de fundo da própria teoria do conhecimento. Esta reflexão sobre a presença do sujeito na cidade e seu restrito espaço de ação é fundamental para se pensar o urbano a partir do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: SUJEITO, CIDADE, ARQUITETURA

ABSTRACT

The aim of this article is to study the presence of Luiz Olivieri in the city of Belo Horizonte from 1897 to 1937. Previously member of the Comissão Construtora da Nova Capital, he opened the first architectural office on the city. More than 400 of his projects were approved to be built in the city. More than 20 of his works are municipality patrimony today. In the city historical museum there are lots of photos and objects. The microhistory offers us some keys to understand the individual relative freedom. The relation between norm and practices, individual and group, determinism and freedom or between total rationality or relative rationality is a question of knowledge theory. Thinking about the existence of the individual in the city and about the restrict action of him is fundamental to study the urban scene from the XIX century

KEY WORDS: INDIVIDUAL, CITY, ARCHITECTURE

A idéia inicial deste texto nasceu da percepção da existência de discursos sobre os sujeitos, mas que não refletem sobre a existência destes sujeitos na cidade desde o século XIX. A partir da análise da vida de um sujeito, construo a sua biografia. Esta biografia deve ser construída observando a presença deste sujeito na cidade, como pertencente a uma cidade moderna.

O sujeito Luiz Olivieri e seus objetos na cidade

Qual foi a ação do sujeito Luiz Olivieri e qual foi o seu papel social na cidade de Belo Horizonte: arquiteto, escultor, membro da construção construtora, italiano, morador da cidade, é questão fundamental para compreendermos a sua presença na cidade. Inicia-se

* Historiadora, doutoranda na linha de História Social da Cultura do Departamento de História da UFMG, professora da Universidade FUMEC/FACE.

também uma reflexão acerca dos objetos deixados por ele na cidade de Belo Horizonte. À luz de alguns autores que refletiram sobre o mundo urbano e outros que realizaram discussões historiográficas a respeito da emergência do sujeito, construir-se-á um texto sobre o sujeito e sua ação na cidade, projetista de edificações que ainda hoje fazem parte do cenário urbano.

O resultado da ação do arquiteto ultrapassou a sua vida: suas construções ainda hoje encontram-se no espaço da cidade. Mais do que isso: são ocupadas e, em torno delas, construiu-se um discurso de necessidade de preservação. Elas são vistas como patrimônio da cidade de Belo Horizonte. Ressalta-se aqui a não existência de um discurso sobre a necessidade de se preservar obras do arquiteto Luiz Olivieri especificamente. Existe um discurso de preservação de um patrimônio construído na cidade de Belo Horizonte, de estilo eclético, representativo das primeiras construções deste espaço urbano.

Quais as relações entre o sujeito e suas obras? Qual o sentido de se preservar determinadas obras como ‘espírito de uma época’ ou estilo de uma época? A partir da leitura de alguns autores, o que se pretende é discutir o sujeito e sua produção, resultado de sua ação. Mas esta ação ultrapassa a vida do próprio sujeito sendo apropriada por outros que passam a ver estas obras como objetos merecedores de conservação no espaço urbano.

O sujeito

Luiz Olivieri¹ chegou a Belo Horizonte em 1897 para sua construção, como desenhista da Comissão Construtora. O ano da inauguração da capital foi o ano da abertura do primeiro escritório de arquitetura da capital, o escritório de Luiz Olivieri e, a partir de então, o arquiteto passou a receber encomendas de plantas e obras para casas particulares.²

A discussão necessariamente passa pela emergência do sujeito como passível de ser analisado dentro de uma tradição historiográfica. Assim, a análise deve ser feita a partir das relações entre sujeito e contexto, em que medida o estudo da vida de determinada pessoa pode vir a auxiliar na compreensão das transformações que tiveram lugar no meio arquitetônico de Belo Horizonte no século XX. Um recorte torna-se essencial: o que analisar, como analisar,

¹ Adoto aqui a grafia de Luiz Olivieri, ainda que seu nome em italiano seja Luigi, em razão de ele mesmo abrigar a grafia de seu nome, ao nomear o seu Escritório de Arquitetura em Belo Horizonte de *Escritorio de Architectura Luiz Olivieri*.

² A primeira notícia que se tem em jornais da capital, ainda não inaugurada, a respeito de Olivieri possuía o seguinte teor: “*Luiz Olivieri – Pede licença para construir um comodo para escriptorio no terreno demarcado para escola. – Deferido de accordo com a informação.*” *A Capital*. Anno I. Bello Horizonte, 15 de Outubro de 1896 n. 37

escolha do sujeito. Agora sujeito que escreve (ou tenta escrever) a História. A escolha, neste caso, por uma abordagem microhistórica.

Na Itália surge, no fim dos anos 70, um movimento de renovação da História. A partir principalmente dos nomes de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, aparece uma nova perspectiva, a da micro-história que, em linhas gerais, significa reduzir a escala, analisando pequenas realidades, muitas vezes a partir de um indivíduo, para melhor compreender o todo. Nesse sentido, a micro-história é: “uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes.” (LEVI, 1992: 135) Os micro-historiadores trabalham com a relativa liberdade do indivíduo mas sabendo que existem limitações do sistema normativo e prescritivo em relação à liberdade individual: “... O historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também materiais.” (LEVI, 1992: 136)

A micro-história deve muito à antropologia ao se utilizar da descrição densa proposta por Clifford Geertz (1989), mas que é reinterpretada na História³. A micro-história tratou da questão da biografia, uma biografia que ultrapassa a vida do sujeito, mostrando as marcas que este sujeito deixou na história da cidade. Giovanni Levi (1989) define quatro tipos de biografia⁴, que mostram novas maneiras de se realizarem biografias como instrumento de conhecimento histórico em substituição à biografia tradicional, linear e factual. Os problemas ao se abordar a questão da biografia dentro do conhecimento histórico passam por questões de fundo da própria teoria do conhecimento: as relações entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade ou mesmo entre racionalidade absoluta e racionalidade relativa. A própria consciência que o sujeito tem de sua ação encontra-se em jogo assim como o determinismo existente ou não do contexto em que este sujeito vive.

O mesmo autor encontra uma saída ao estabelecer uma relação permanente entre biografia e contexto, a mudança está justamente na soma infinita das interrelações

³ A relação entre antropologia e microhistória relaciona-se diretamente à metodologia proposta pela última. Tanto a micro-história como a antropologia interpretativa concordam em um ponto fundamental: as ciências humanas devem se utilizar de categorias não estáveis, não devem se utilizar de níveis bem estabelecidos de diferença em determinadas culturas, devem estar atento ao específico, ao local, ao anormal, que pode ser elucidativo para se chegar a uma maior compreensão da cultura humana. Os pesquisadores devem estar atentos aos pequenos indícios passando não de uma realidade complexa para uma mais simples, mas antes passando de uma realidade simples para uma realidade complexa, mostrando como as teias de relações que se estabelecem nas diversas culturas (distintas por motivos temporais ou espaciais) são muito mais ricas do que se imaginava.

⁴ Prosografia e biografia modal; biografia e contexto; biografia e casos limites e biografia e hermenêutica. (LEVI, 1989)

estabelecidas. Sem negar a repartição desigual de poder, grande e coercitiva, devemos considerar que os dominados - aceitando a idéia de que existe dominação - têm espaços, mesmo que reduzidos, para agir. Não se pode negar a existência de um *habitus* do grupo, mas além dele devemos considerar a existência de um espaço de liberdade para cada indivíduo, espaço este que nasce das incoerências sociais.

Este espaço de liberdade pode se tornar o espaço de ação do sujeito. Se é sujeito, não é objeto. Se é sujeito, não é somente sujeito a, é alguém que age como sujeito. Bernard Lepetit revelou-se um autor extremamente rico para tratar da questão da ação do sujeito na história. Para Lepetit (2001), o historiador deve pensar o processo histórico como um presente em andamento. No momento da ação⁵, ao realizarmos nossas funções sociais, no momento em que entramos em conflito de idéias com outros, enfim, no momento em que agimos, não temos certeza absoluta de que tudo o que era pretendido, será o que se efetivará. Não há como se prever de forma absoluta o resultado, tantos são os fatores que contribuem para o produto de nossas ações, a começar pelo mais importante: são vários sujeitos, participantes de grupos sociais diferentes, agindo.

Lepetit analisa a historiografia francesa após a Segunda Guerra Mundial, mostrando como o sujeito foi ignorado em duas grandes vertentes. A primeira vertente é exemplificada pelos trabalhos de Ernest Labrousse e Fernand Braudel, cujas análises são influenciadas pela Escola Sociológica de Durkheim e são realizadas por meio de um método quantitativo. O tempo é o responsável por explicar suas próprias rupturas, não há lugar para o autor. A segunda vertente, baseada em um método qualitativo, pode ser exemplificada por Jacques Le Goff e a segunda fase de Le Roy Ladurie: “Ela privilegia o coletivo em vez do individual, os processos culturais em vez da cultura dos atores e das obras, o psicológico em vez do intelectual, o automático em vez do refletido.” (LEPETIT, 2001: 233).

A distinção que estabelece entre representação e ação também elucida a posição que assume ao defender o estudo da ação no campo da história: “Representação e ação pertencem a esferas separadas: de um lado há normas, valores, categorias que dão sentido ao mundo; e, de outro, comportamentos e atos que os instrumentalizam.” (LEPETIT, 2001: 233).

Ao recordar um episódio da história francesa narrado por Alain Cottureau, acontecido na França pós Revolução Francesa, Lepetit frisa este aspecto da ação. O objeto

⁵ A ação pode ser compreendida dentro de seu significado político, mas não se pode reduzir a isto. Somente a título de ilustração, podemos pensar na divisão em diversas ações proposta por Max Weber em princípios do século XX: ação afetiva, ação tradicional, ação racional com relação a fins e ação racional com relação a valores. Entretanto, percebe-se que Lepetit frisa muito mais a questão de uma ação política, neste caso, racional. Os indivíduos travam uma luta não por representação somente, mas a partir de comportamentos e atos para fazer com que estas representações sejam efetivadas.

analisado é o Conselho de prud'hommes, “...destinados a regulamentar as relações entre patrões e operários, que se instalaram primeiro em Lyon, em caráter experimental, em 1806, e depois se generalizaram progressivamente nas cidades fabris até o final do império.” (LEPETIT, 2001: 236) São casos cotidianos que são apresentados neste conselho, havendo, grande parte das vezes, acomodação para solução de conflitos. O procedimento acaba por recair num uso localizado: “o uso torna-se uma ordem legítima, nascida da interação social, no âmbito da jurisdição local”. (LEPETIT, 2001: 236). Há uma diferença de escala no momento da prática de organização do espaço público, pós 1806: agora não é mais a nação, é o local, não é mais a delegação eletiva, são os protagonistas. Por que Lepetit recorda este episódio analítico? Para mostrar como se pode realizar a inclusão do ator e da ação na análise historiográfica, demonstrando a liberdade do homem para agir.

Desta forma, não existe mais natureza, existem usos. A sociedade não possui mais princípios de coerência a priori. Há, neste momento uma mudança de paradigma: a história passa a ser analisada em sua dinâmica. Não há mais explicação pela correlação nem pelas causas (tautológicas): “só resta dizer como as coisas aconteceram sucessivamente e assim renunciar a várias décadas de elaboração metodológica e de reivindicação de cientificidade, em nome de uma vantagem pouco significativa para um regime interpretativo particularmente fraco.” (LEPETIT, 2001: 243) Ao final, o autor propõe um modelo descritivo, que responde ao como e porquê, deixando de lado os grandes modelos de análise das duas tradições surgidas na França pós segunda guerra, a de Braudel e Labrousse e a de Le Goff e Le Roy Ladurie.

Em que medida esta análise pode modificar a forma como tratar o sujeito na história? A partir da constatação de que não existe um contexto pré-definido de forma absoluta, a história deve ser compreendida a partir da ação dos sujeitos e deve ser analisada de forma a mostrar localmente e temporalmente cada episódio e cada ação humana. Este sujeito não é absoluto, ele é um sujeito social.

Walter Benjamin também não escapa da questão do sujeito e sua ação em sua obra. Não é por acaso que analisa a vida e a obra de Charles Baudelaire, mostrando sua presença em Paris e as transformações por que passou a cidade e as relações entre as pessoas ao longo do século XIX. Ele analisa as especificidades do século XIX, frisando o aspecto transformativo deste século: “Baudelaire sabia como se situava, em verdade, o literato: como flâneur ele se dirige à feira, pensa que é para olhar, mas, na verdade, já é para procurar um comprador.” (BENJAMIN, 1994: 30). Esta mudança na forma como o sujeito é tratado, neste caso, faz parte de uma transformação que se dá no campo das relações de produção, mas estas

relações de produção são ampliadas por ele para o aspecto cultural, para as formas como as pessoas se relacionam no espaço urbano:

Na medida em que o ser humano, como força de trabalho, é mercadoria, não tem por certo necessidade de se imaginar no lugar da mercadoria. Quanto mais consciente se faz do modo de existir que lhe impõe a ordem produtiva, isto é, quanto mais se proletariza, tanto mais é trespassado pelo frio sopro de economia mercantil, tanto menos se sente atraído a empatizar com a mercadoria. (BENJAMIN, 1994: 55).

Por que Benjamin escolhe, dentre tantas figuras do século XIX, Charles Baudelaire? Talvez porque Baudelaire defendesse o limiar que afastava o indivíduo da massa, ao contrário de Victor Hugo, que via a multidão como heroína. Ao escolher Baudelaire, Benjamin seleciona alguém que agiu, dentro de suas possibilidades, contra algo que Benjamin via como inevitável: a fetichização das formas culturais ocasionada pelo sistema capitalista, a venda das idéias e do produto destas idéias, neste caso, a literatura. Benjamin, profundamente marcado pelas idéias marxistas, não podia deixar de relacionar o sistema capitalista e a determinação deste na ação dos sujeitos (será que é possível fazê-lo?). Entretanto, mostra a individualidade dos literatos que, mesmo com este sistema corroendo as formas de vida alternativas deste instante da história, buscam, de alguma maneira, sair dele. Benjamin também analisa um momento da história que considera central para discutir o seu momento histórico: é o momento de emergência da modernidade, o momento que marcará o século XX. E é o momento que indivíduos que permaneciam à margem do sistema merecem atenção especial por parte de Benjamin: a prostituta, a lésbica, o flaneur.

Ultrapassando o texto de Benjamin, podemos imaginar que seus atores buscaram, através da ação, transgredir uma ordem, ainda que inevitavelmente tenham perdido a batalha. Ou melhor, talvez já a soubessem perdida. O que podemos extrair deste texto do Benjamin? Talvez a existência de um sistema que existe e modela a vida dos atores, mas também as diversas formas de se viver à margem deste sistema. Estas formas são construídas através da ação.

Outro texto que nos faz refletir sobre esta questão da ação é o de Jane Jacobs, Morte e vida de grandes cidades. Mais do que um texto que versa sobre cidade, é um texto que nos mostra a vida em grandes cidades, a pulsação da presença das pessoas na cidade e a necessidade da presença de pessoas na cidade, no espaço público da urbe. Jane Jacobs analisa em seu livro elementos comuns a grandes cidades norte americanas, mostrando uma forma de se ler a tessitura urbana de maneira diferente da realizada por outros estudiosos. O seu enfoque está no cotidiano, nos usos que as pessoas fazem de determinados espaços e da

necessidade destes usos para a vida do espaço urbano. A partir de uma análise da economia das cidades, mas de uma análise microeconômica, que em si já explicita o lugar do seu discurso sobre as cidades, estuda qualitativamente a vida das cidades. É a própria autora quem nos descreve a sua proposta:

Resumindo, escreverei sobre o funcionamento das cidades na prática, porque esta é a única maneira de saber que princípios de planejamento e que iniciativas de reurbanização conseguem promover a vitalidade socioeconômica nas cidades e quais práticas e princípios a inviabilizam. (JACOBS, 2000: 02)

Sua obra é um ataque ao planejamento urbano da forma como foi realizado nos Estados Unidos, e em grande parte do mundo, desde os primeiros planejadores urbanos do século XIX. Mostra como áreas planejadas, que não levaram em consideração a vida das pessoas, foram verdadeiros fracassos dos urbanistas de plantão. Um dos aspectos mais interessante do seu texto seja a crítica contundente que realiza em relação aos grandes planejamentos e às idéias pré-concebidas do que seja a cidade por parte dos planejadores urbanos. Ao invés de prestarem atenção nos sinais das ruas, as cidades servem de cobaias para estes planejadores urbanos. Ela mostra como os planejadores urbanos desde o século XIX, com as idéias de cidade jardim, passando por Le Corbusier, não prestaram atenção na cidade como um objeto a ser analisado: a cidade, na maior parte das vezes, era vista como um espaço a ser transformado porque era um espaço representativo de fracassos humanos.

A cidade deve ser vista como um problema de complexidade organizada: “As variáveis são diversas, mas não são desordenadas; elas estão inter-relacionadas num todo orgânico.” (JACOBS, 2000: 482). Um parque urbano funciona como um problema de complexidade organizada: intensidade do uso, traçado, presença das pessoas, mistura de idades dos edifícios, tamanho das quadras. Tanto o contexto quanto o próprio parque inserido neste contexto devem ser analisados.

Jacobs defende que a cidade deve ser vista como um problema de complexidade organizada: “*organismos repletos de inter-relações não examinadas, mas obviamente intrincadas, e relações sem dúvida inteligíveis. Este livro é uma manifestação dessa idéia.*” (JACOBS, 2000: 488).

Como então analisar a cidade como um sistema de complexidade organizada? Jacobs nos fornece três direções a serem seguidas: a primeira seria refletir sobre os processos (moradias urbanas são construções específicas e particularizadas, sempre incluídas em processos diversos, específicos); a segunda seria usar de indução, raciocinando do particular para o genérico, em vez do contrário; (raciocinar no sentido inverso a partir de generalizações acaba levando-nos a absurdos – não se aproximaria aí do paradigma indiciário de Ginzburg?)

e a terceira seria procurar indícios não médios que envolvam uma quantidade bem pequena de coisas, as quais revelem como funciona uma quantidade maior e média.

Aproximo então a análise de Jacobs da chamada microhistória (mesmo sabendo do perigo de fazê-lo e da necessidade de realizar uma análise mais aprofundada desta relação). Jacobs não perde a dimensão do total, mas presta atenção no particular que, por sua vez, serve para modificar a própria visão do todo.

Quais os pontos comuns entre os três textos de Lepetit, de Jacobs e de Benjamin? A presença de análises qualitativas e a presença de análises microscópicas, no sentido de estarem se utilizando exemplos específicos, de lugares específicos, mesmo que muitas vezes utilizados para explicar um todo – outras vezes utilizados para mostrar como é possível se escapar destas análises que padronizam tudo, análises tautológicas, como diria Bernard Lepetit.

O estudo da ação do sujeito na cidade nos oferece pontos de partida interessantes para pensar a existência dos atores, aqueles que agem, na contemporaneidade. Seja pensando a cidade como um organismo de complexidade organizada, mas que se reorganiza na ação, no movimento da história. Resta agora observar o ator Luiz Olivieri e de que forma esta discussão anterior serve para refletir sobre a sua existência: como pensar o sujeito Olivieri na cidade, como pensar um indivíduo que viveu em Belo Horizonte e agiu em Belo Horizonte nos primeiros 30 anos da capital (nos últimos 10 anos de sua vida não há referências de obras de sua autoria, só há uma referência à forma como faleceu em 1937, vitimado por lepra, sendo o local de sua morte Contagem). Se enquanto arquiteto não viveu à margem, pelo contrário, foi responsável pela aprovação de plantas de 400 edificações a serem construídas da cidade, em sua morte foi colocado à parte: morreu de lepra, doença responsável pelo afastamento do convívio social, que estigmatizava de forma profunda as pessoas. Por outro lado, se alguns anos antes de morrer foi afastado do convívio social em virtude de sua doença, suas obras permaneceram no solo da cidade e foram reconsideradas como patrimônio da cidade nos anos 80 e 90, fazendo com que ele esteja presente em suas criações .

Olivieri é um ponto de partida para se compreender as relações entre o meio arquitetônico da cidade de Belo Horizonte em princípios do século XX e a construção de diversas residências particulares e alguns prédios públicos da cidade (o projeto da edificação da Praça da Estação é de autoria dele, assim como o da Cervejaria Antártica, hoje transformado em Shopping Popular, o Shopping Oiapoque, popularmente, Shopping Oi). Entender a ação de um arquiteto na cidade, ao que tudo indica com a maior produção de projetos arquitetônicos da cidade destas primeiras décadas de Belo Horizonte, é objetivo central da minha pesquisa de doutoramento. A compreensão da cidade como um espaço de

ação de grupos e indivíduos é central para o desenvolvimento do meu projeto, compreender a história como um presente em andamento é outro momento importante no desenvolvimento da escrita do trabalho. E também um dos momentos de maior dificuldade : perceber a vida como um presente em andamento, sem um sentido tautológico. Nas ações de um sujeito, alguém que existe individualmente, consciente dos limites desta individualidade. A leitura dos textos de Jacobs, o retorno a Benjamin e a leitura de Lepetit foram centrais para que novas idéias povoassem a minha pesquisa e dessem vazão a outras possibilidades de escrita da história, refletindo sobre o sujeito, sua ação e a construção da história.

Olivieri teve um campo de ação em sua vida. Este campo não foi total, não pode escolher tudo o que faria, agiu dentro de limites, de normas já estabelecidas. Mas agiu em um presente em andamento. Não é possível construir sua trajetória, imaginando que desde o início estivesse fadado a ser um arquiteto, um italiano em Belo Horizonte, um marido. Estas construções foram sendo feitas ao longo da sua existência, ao longo dos seus vários presentes em andamento, dos momentos em que teve que decidir e agir no mundo. E a cidade, como aparece neste cenário ou como aparece como cenário para a ação de sujeitos? Este sujeito agente, com possibilidades de escolhas limitadas, com contato com tipos diversos de pessoas, é fruto e produtor da cidade moderna, cidade aqui considerada em sua multiplicidade, em sua complexidade e também vista sob a ótica da tentativa de homogeneização de vários agentes, especialmente do poder público e de outras formas de poder. A cidade, construída por homens em ação, cotidianamente, se esvai por entre os dedos daqueles que desejam que ela tenha somente uma única e derradeira forma.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1990.

GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEPETIT, Bernard. A história leva os atores a sério? In: _____. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales ESC*. Paris: novembre-décembre 1989, n° 6, p 1325-1336.